



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CONHECIMENTOS GERAIS

LEGISLAÇÃO (todos os cargos)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Normas constitucionais sobre a Administração Pública (artigos 37 a 41 da Constituição Federal);
2. Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/90);
3. Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/99);
4. Improbidade Administrativa na Lei nº 8.429/92 e suas penas;
5. Seguridade Social do Servidor Público na Lei nº. 8.112/90 e na Lei nº. 12.618/2012);
6. Crimes contra a fé pública e contra a administração pública no Decreto - Lei nº. 2.848/40 (Código Penal);
7. Regras éticas para o Servidor Público Federal no Decreto nº 1.171, de 1994.
8. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
9. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Constituição(1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Artigos 37 a 41 Da Administração Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm>.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Artigos 1 a 13. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>.

BRASIL. Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Artigos 312 a 337 - Crimes contra a Administração Pública e contra a Fé Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico - Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm>.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011 - 2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>.

Obs.: Texto vigente na data do edital das normas jurídicas mencionadas no Programa, disponíveis no sítio www.planalto.gov.br ou nos diários oficiais.